

ESP-CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS

Edital 34/2025**PREAMBULO****PREGÃO ELETRÔNICO***90034/2025***CONTRATANTE (UASG)**

090147 - CAIS Clemente Ferreira, em Lins

OBJETO*Contratação de material de construção e materiais diversos.***VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO***Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021***DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 15/09/2025 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:*menor preço***Modo de disputa:***aberto e fechado***PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM (item 01 ao 54)

Não (item 55)

Torna-se público que o CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE CLEMENTE FERREIRA EM, por meio do Núcleo de Finanças e Suprimento, sediado(a) Rodovia de Acesso LINS Hermínio Paizan S /N Km 04 – Lins/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	90147-ESP-CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS	RENATA MARIA DE ALMEIDA CASTRO GODOY	25/08/2025 08:14 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00045893/2025-00

1. Do objeto

- 1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Material de Construção e materiais Diversos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens do 01 ao 54, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os item 55, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Considerando o valor estimado do item 55 objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da prop. e dos doc. hab.

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada. .

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Modelo;

5.1.4. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,50% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase de habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico www.sei.sp.gov.br mediante previa solicitação através do e-mail caiscf-contratos@saude.sp.gov.br e caiscf-lasilva@saude.sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

- 12.1.7. ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.7.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e

12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) email caiscf-contratos@saude.sp.gov.br e caiscf-lasilva@saude.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.sei.sp.gov.br mediante prévia solicitação através do email caiscf-contratos@saude.sp.gov.br e caiscf-lasilva@saude.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Resolução SS- 65, de 01 abril de 2025;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declaração.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RENATA MARIA DE ALMEIDA CASTRO GODOY

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/08/2025 às 08:14:39.

ESP-CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS

Termo de Referência 54/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2025	90147-ESP-CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS	SAMIRA RAMOS BENJAMIN	21/08/2025 08:42 (v 3.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00045893/2025-00

1. Definição do objeto

1.1 Aquisição de material de construção e materiais diversos para serem utilizados na conservação/manutenção dos diversos setores/unidades do CAIS – “Clemente Ferreira” em Lins, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT	SIAFISICO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	480673	4510712	Chuveiro Elétrico, de Termoplastico; Na Voltagem 220 Volts; Com Controle de 3 Temperaturas; e Potencia de 5.500 W; Com Cano Embutido e Mangueira Com Ducha Manual; Na Cor Branca; Com Rosca de 1/2 Polegada; Pressão de 10 a 400 Kpa (1 a 40 Mca); Med. 133 x 140 x 430 Mm (lxhxp); Resistencia de Longa Duracao, Grau Protecao Ip 24, Compat. C/ "dr"; Conforme Nbr 12483 e Certificacao do Inmetro; Garantia de 12 Meses; Diâmetro de >= 15cm.	UNID	30
2	487724	6315895	Ducha Eletrônica; para Instalacao Em Parede; Dispositivo de Proteção Dr, Aquecimento Solar e Outros Sistemas de Aquecimento; Potencia: 7800w; Em Termoplastica; Volts 220v; Pressao de Funcionamento: Minima 10kpa (1m.c.a.); Maxima 400 Kpa (40 M.c.a.); Rosca 1/2 Bsp; Botao Seletor de Temperaturas, Botao Liga e Desliga; Cor: Branco; Formato: Quadrado; Dimensoes: 25 x 17 x 39cm (cxlxa); Peso: Aprox. 10kg; Acessorios: Haste de Comando 20cm, Kit de Instalacao, Mangueira, Ducha Manual, Suporte, Redutor de Pressao; Manual de Instalacao, Garantia Min. 12 Meses; Ip 24; Garantia Min. de 12 Meses;	UNID	10
3	240165	5933161	Bacia Sanitária; de Louca; Convencional; Sem Caixa Acoplada; No Formato Ovalado; Medindo Aproximadamente 590 x 385 x 385 Mm (c x Lx A); Na Cor Branca; Com Saida de Esgoto Vertical; Fabricado de Acordo Com a Norma Nbr/abnt Vigente; com parafuso para fixação	UNID	3
4	428250	4652223	Assento Sanitário; de Base Soprado Em Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; para Bacia de Todos Os Fabricantes (universal); de Formato Oval; Deverá Ser Fornecido Com 02 Parafusos Com Porcas de Fixação em nylon, peca de Fixação Em Alumínio Anodizado; Medindo 409 x 389 Mm (comp x larg), 31 Mm de Espessura Minima e 150 a 165 Mm Entre Parafusos; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses;	UNID	3
5	615103	6006000	Vedante de Tubulação; Utilizado para Vedação de Rosca de Tubos e Conexões Roscadas Metálicas e Plásticas, para Agua Quente Ou Fria; Composto de 100% a Base de Resina Ptfе politetrafluoretilenonao Sinterizado) Na Cor Branca; Com Densidade de 0,30 G/cm³; Com Ponto de Fulgor > 93 °c (> 199.4 °f); de Acordo Com a Abnt/nbr 16368 e Vigentes; do Tipo Fita Medindo 18mm de Largura e 0,07mm de Espessura; Acondicionado Em Carretel Com 50 Metros;	UNID	15
6	367406	3152235	Vedação para Saída de Vaso Sanitário; Tipo Anel de Vedação; para instalação em vaso sanitário; Em Cera a Base de petróleo, Reforçado Com Uretano e Polietileno; para Tubulação Com Com Guia de Instalação;	UNID	15
7	480516	6045529	Acessórios para Bacia Sanitária; Tubo de Ligação; 20 Cm; Sanfonado/flexivel; Com Espude e Canopla; Com Anel; Acabamento Cromado;	UNID	20
8	611898	5285798	Sifao; de Plastico Abs; Acabamento Na Cor Branca; do Tipo Sanfonado (comprimento de 54 a 150cm); para Multiplo Uso (lavatorio, Pias e Tanques); Com Bitola de Entrada Adaptável de 1 1/2", 1 1/4" e 7/8"; Devendo Ser Entregue Com abraçadeira;	UNID	50

9	267444	6088740	Grelha Quadrada para Instalação Predial; de Aço Inox; Medindo (150x150)mm; Com Acabamento Cromado; Sem Caixilho Com Fecho Rotativo; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	30
10	350605	5479665	Grelha Redonda para Instalação Predial; de Aço Inoxidável, Tipo Abre e Fecha; Com Diâmetro de 150mm; Na Cor Cromado, Sem Caixilho; para Ser Utilizada Em Esgoto Predial;	UNID	40
11	607815	3925587	Dispenser Papel Higiênico; de Plástico Abs de Baixa Densidade e Alta Resistência; Medindo Altura 28,3 x Largura 27,2 x Profundidade 14,0cm; Abertura Através de Chave; Fixação Através de Buchas Expansivas; Base Cinza e Frente Branca; Com Capacidade de Rolo Tipo Rolão de 300 a 400 M; Com Visor Transparente para Controle de Reposição, No Formato Redondo, Antifuro;	UNID	30
12	600381	4434420	Dispenser para Papel Toalha; de Plástico Abs, Alto Impacto, para Papel Toalha Interfolha de 2 Dobras e 3 Dobras; Na Cor Branca; No Formato Retangular Com Fechadura e Chave; Com Dimensões de Aproximadamente 29 Cm de Altura x 25 Cm de Largura x 12 Cm de Profundidade; Com Um Kit de Fixação Na Parede Contendo Buchas Eparafusos;	UNID	30
13	404651	4050363	Dispenser para Sabão Líquido; de Plástico Abs; Com Capacidade de 800 ml; Na Cor Branca, Com Fundo Cinza; Formato Retangular; Medindo 29cm (altura) x 12cm (largura) x 11cm (profundidade); Acionamento Por Bomba Dosadora (pressão); Possui Fechadura e Acompanha Chave Em Plástico Abs; Alimentação Por Meio de Refil de 800 ml (bolsa Plástica), Dispensando Reservatório; Inclui Kit para Fixação Na Parede, Contendo Buchas e Parafusos; Garantia Mínima de 12 Meses;	UNID	30
14	381089	4875818	Torneira; de Latao; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Tipo Bica Com Haste de Acionamento e Mecanismo de Vedação Cerâmica 1/4 de Volta; Bica do Tipo Móvel Com Arejador Articulável Tipo Spray; Fixação Na Parede; Com Encaixe Roscável de 3/4 Polegadas; Bitola Da Saída de 1/2 Polegada; Utilizada Em Pia de Cozinha; Com Garantia de 10 Anos;	UNID	50
15	376177	5056721	Torneira; de Liga de Metal; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Haste de Metal Com 1/4 de Volta; Bica do Tipo Fixa, Com Rosca de Saída de 3/4"; Fixação Em Parede; Com Encaixe de 1/2", Com Adaptador para 3/4"; Bitola Da Saída de 1/2"; Utilizada Em Jardim; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	50
16	249830	4610318	Torneira de Boia para Reservatório; Com Corpo Compacto Fundido Em Bronze, Haste Em Latao e Balão Reforcado Em Polietileno; Diâmetro Nominal Dn 20 (3/4 Polegada); Tipo Vazão Total; Conforme Norma Nbr 14534;	UNID	5
17	457622	4988647	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital; Operando Na Frequência de 1,9 Ghz; Com Fonte de Alimentação Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregável; Com Alcance Em Ambiente Fechado de 50 M; Com Alcance Em Ambiente Aberto de 100 M; Na Posição de Mesa; Com Capacidade para No Mínimo 10 Posições de Memória; Com Viva Voz; Com Identificador de Chamada; Com Tempo de Flash Ajustável; Cor Preta; Discagem do Tipo Tom e Pulso; Com Volume de Recepção Ajustável; Com Garantia de No Mínimo 1 Ano; Homologado de Acordo Com a Resolução Da Anatel Nº 242;	UNID	10
18	465497	5983703	Aparelho Telefônico Analógico; Na Cor Preto, Modelo de Mesa; Facilidades Operacionais de Redial, Flash, Mute, Ajuste de Volume Monofone e de Campanha; Flash Ajustável (100 a 300ms); Com Discagem No Modo Modo Pulso/tom, Teclado Dtmf, Rediscagem, Menu Em português; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução 715 de 23/10/2019 Homologada Pela Anatel, 01 Ano de Garantia; Acompanha Cabo para Ligação do Aparelho Com No Mínimo 2m de Extensão Com Conectores RJ11;	UNID	50
19	239293	5542405	Câmara de Ar; para Pneu de Cadeira de Rodas C/ Válvula Americana, Aro 24, Compatível C/ Dimensões 24 x 1.3/8";	UNID	20
20	335134	2075490	PNEU PARA MAQUINAS FORA DE ESTRADA - 3,50 - TRANSPORTE DE CARGA 01 - Pneumático para Maquinas Fora de Estrada; 3.50-8; Novo (primeira Vida), para Máquina Carrinho de Transporte de Carga; 01; 04;	UNID	30
21	335133	1242393	CÂMARA DE AR para pneu 3,50-8	UNID	30
22	236556	4437934	Peca de Reposição Fechadura Residencial; Marca Arouca; Referência do Fabricante 2010/10; Fabricada Aço; 02 Chaves Comum; Maçaneta Alavanca; Espelho Retangular; Externo Cromada; Conforme Nbr 14913;	UNID	100
23	354740	2978768	Peca de Reposição Fechadura Residencial; Marca Arouca; Referência do Fabricante 2000/10 para Porta de Ferro C0m Tambor; Fabricada Aço Com Banho de Cromo; 02 Chaves Comum; Maçaneta Alavanca; Espelho Retangular; Externo Cromada;	UNID	50
24	373752	2193914	Espacador de Piso de Plástico, Formato Cruz, Espessura 4 mm	cento	90
25	382689	6063470	Porta de Madeira; Tipo Encabecada, Semi Oca; Padrão de Micropholis Venulosa, Espécie Conhecida popularmente Como Curupixa; Medindo (2,10 x 1,02)m (a x L); Com Espessura de 35 Mm; Devendo Ser Entregue Lixada Sem Emendas; Sem Acessórios; Embalada Individualmente Com Plástico, Contendo Nome e Código de Barras do Fabricante; Conforme Normas e Legislação Vigentes;	UNID	33

26	450830	6109969	Porta de Madeira; Encabecada, Lisa, Semioca; de Micropholis Venulosa, Conhecida Popularmente Como Curupixa; Medindo (2,10 x 0,82)m (axl); Com Espessura de 35 Mm; Lixada e Preparada para Pintura; Acompanhada de Fechadura, Chaves, Dobradicas, Parafusos Com Macaneta; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislacao Vigentes;	UNID	15
27	443724	4881796	Porta de Madeira; Encabecada, Lisa, Semi Oca; de Madeira Micropholis Venulosa, Conhecida Comercialmente Como Curupixa; Medindo (210x60)cm=(axl); Com Espessura de 35mm; Lixada, Sem Emendas; Sem Acessorios, Sem Visor; Embalada Individualmente Em Plastico Com Nome e Codigo de Barras do Fabricante;	UNID	5
28	615238	3965210	Dobradica; de Ferro; Medindo 3" x 2.1/2" (comprimento x Largura); Devendo a Dobradica Ser Entregue Com Acabamento Cromado; 02 Abas, Contendo 02 Buchas Poliamida 6.6, 04 Parafusos M6x8 (inox) e Um Pino; Com 6 Furos, 3 Em Cada Aba; de Acordo Com Norma Nbr 7178;	UNID	130
29	243586	6329845	Tinta Latex; Tipo Acrilica Lavavel; Desempenho Premium; Com Alta Cobertura e Resistencia, e Baixo Respingamento; a Base de Resina de Copolimero Estireno Acrilico ,polimeros Vinilicos, Pigmentos Ativos; Cargas Inertes, Coalescentes, Espessantes, Tensoativos, Bactericidas e Fungicidas, Aditivos e Agua; Solvente a Base de Agua, Sem Cheiro ; Poder Cobertura Seca Min. de 6 M2/l, e Cobertura de Tinta Umida Min. de 90%; Voc de 10 a 25 G/l; Isenta de Metais Pesados; Solidos Em Volume: 30-43por Cento; Acabamento Fosco Protecao Sol e Chuva; Redimento Aproximado de Ate 380 M2 Por Demao; Na Cor Na Cor Branca ; para Para Superficies Externas e Internas de Reboco, Massa Acrilica, Texturas, Concreto, Fibrocimento; e Internas de Massa Corrida e Gesso Devidamente Preparadas; Validade Minima de 12 Meses, Apos Aberto, o Prazo de Validade Pode Ser de Ate 6 Meses; Entregue Com Boletim Tecnico e Fispq; Conforme Normas Abnt Nbr 15079-1, 15079-2, 15494, 16211 e Lei Federal 11762; Para área hospitalar	GALÃO DE 18Lts	8
30	399615	4970527	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R410a; Acondicionado Em Cilindro Descartavel; Conforme: Resolucao Conama 267/2000; Aplicacao Em: Equipamentos de Refrigeracao;	cilindros 11,35kg	03
31	617201	5465990	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R22; Acondicionado Em Cilindro Descartavel, Com Informacoes do Produto; Conforme: Abnt Nbr 14725 e Resolucao Conama 267/2000; Com Acompanhamento Da Ficha de Informacao de Seguranca do Produto Quimico - Fspq;	cilindros 13,62kg	02
32	350329	5692806	Especificação Técnica: Isolante Termico; Em Espuma Elastomerica Flexivel; para Tubo de Cobre de 5/8 Polegada de Diametro; Fornecido Em Tubos Com 2 Metros; Com Espessura de 13 Mm; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	uni	10
33	330431	4551230	Especificação Técnica: Isolante Termico; Em Espuma Elastomerica Flexivel; para Tubo de Cobre de 1/2 Polegada de Diametro; Fornecido Em Tubos de 2 Metros; Com Espessura de 13 Mm; Devendo Obedecer a Norma Din 4140;	uni	10
34	335763	5862280	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre; 1/4 de Polegada; Tipo Panqueca; 15 Metros de Comprimento;	rolo de 15mts	2
35	335762	4121376	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel; Medindo 3/8 Polegada;	metro	20
36	335764	5406803	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel, Classe 2; Medindo 1/2 Polegada;	metro	20
37	288357	5766796	Especificação Técnica: Suprimentos para Equipamentos de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel; Liga C12200, Recozido Mole; Diametro Externo Nominal 5/8", Espessura Nominal Da Parede: 0,79 mm; Pressao de Trabalho Entre 611 e 629psi, Conforme Nbr 7541;	metro	20
38	432902	5979811	Especificação Técnica: Abracadeira de Nylon; Em Em Poliamida; Largura: 4,5 Mm; Altura: 5 Mm; Comprimento: 200 Mm; Cor: Preta;	UNID	02
39	418894	4883039	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Fita Em Pvc, Branca, Largura 100mm; para Envelopar a Linha de Gas Refrigerante, Cabo de Forca e Dreno;	UNID	20
40	435166	6086500	Especificação Técnica: Fita Autoadesiva para Vedacao; Confeccionada Com Folhas de Alumínio, Cobertas Com Adesivo Acrilico Ou a Base de Borracha; Com Largura de 50 Mm; Acondionada Em Rolo; para Reflexao de Calor, Reflexao de Luz, Termocondutivo, Dissipacao de Calor, Resistencia a Agua; Na Cor Natural do Alumínio; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	10
41	232268	4974786	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R141b; Acondicionado Em Cilindro Descartavel; Conforme: Resolucao Conama 267/2000; Aplicacao Em: Limpeza de Equipamento;	unid	01
42	616113	4073614	Peca de Reposicao para Gerador; Filtro de Oleo Combustível, Diesel para Scania, 1518512 ;	pç	2
43	613856	3592600	Peca de Reposicao para Gerador; Elemento do Filtro de Oleo Combustível Primario, Alt. 180mm, Diam. Ext.85mm, Diam. Int. 38mm.; P/ Motor Diesel Scania Dc9 do Caminhao Geismar Vmt-750 Gr, Ref: Scania 1873018 Ou Equivalente.;	pç	2
44	479272	6053793	Filtro de Oleo; Lubrificante, Motor Scania, Cod. 2022275 ;	pç	2
45	446936	4064631	Peca de Reposicao para Gerador; Oleo Lubrificante 15w40 Extra Turbo; para Grupo Gerador 500 Kva Com Motor Scania ;	Galão de 20lts	4

46	471017	5865255	Peca de Reposicao para Gerador; Filtro de Ar, para Motor Diesel Scania DC09 072A; Compativel Com Referencia Original Scania 1931040. Diâmetro externo aproximado 282 mm; Comprimento aproximado 451 mm.	pç	1
47	308649	6066666	Peca de Reposicao para Gerador; Agua Desmineralizada, Ph Neutro, P/ Radiador de Motor, Incolor, Inodoro;	litros	30
48	471018	6060676	Peca de Reposicao para Gerador; Elemento do Filtro Combustivel , Motor Perkins, Cod. Ch10930 ;	pç	2
49	461579	4953762	Oleo Lubrificante Automotivo; para Motor Turbo e Motores de Caminhões, Tratores, Onibus e Utilitarios; a Diesel; Sae 15w40 , Mineral, Multiviscoso; Classificacao Api Ch-4, Indice de Viscosidade: 141, Viscosidade a 100°C: 15,0, Indice de Basicidade Total: 9,6; Densidade a 20/4°C: 0,8830, Ponto de Fulgor (va):228, Ponto de Fluidez:-30, Cinzas Sulfatadas: 1,0; Com Aditivos Anticorrosivo, Antidesgaste, Antiespumante, Antioxidante, Detergente, Dispersante; Agente de Reserva Alcalina, Abaixador do Ponto Defuidez e Melhorador do Indice de Viscosidade; Atende a Recomendacao Mercedes Benz 228.1, Volvo Vds li, Entre Outros; Oleo Lubrificante Com Registro e Empresa Autorizada Pela Anp para Exercicio Da Atividade;	balde de 20lts	6
50	615342	5566231	Fluido para Radiador ; Composto de Base Glicol e Inibidores, Organico, Biodegradavel, Produto Ecologicamente Correto; Sendo Fornecido de Forma Pronto para Uso; Deve Atender As Normas: Nbr 14261 Tipo C; Fornecido Em Embalagem Adequada;	Litro	70
51	612085	6209882	Peca de Reposicao para Gerador; Mangueira de Oleo Solvente 5/8 Alta Temperatura Pres. Trab (psi)300(bar)20 Pres Rup (psi)900 Bar 60; Diâmetro Interno Real (pol) 5/8"; Nominal (mm) 15,5+/-16,4; Diâmetro Externo (mm) 23,6+/-24,6;	m	6
52	312498	4949196	Abracadeira de Aco Inox; Com Diametro Regulavel Entre 3/8" e 1/2"; Largura Da Fita de 9mm; para Fixacao de Mangueira Com Parafuso de Aperto Tipo Sem Fim;	pç	4
53	622902	6260292	Peca de Reposicao para Bebedouros; Refil Filtrante (filtro); para Bebedouro Modelo de Pressao Ef /ap 230; de Acordo Com Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	10
54	396613	519941-7	Porta de Madeira; Tipo Drywall, para Ambientes Internos; de Madeira de Reflorestamento; Medindo (2100x800)mm=(axl); Com Espessura de De 75mm, Batente para Montante de 70mm de Drywall; Acabamento Na Cor Branca, Abertura para o Lado Esquerdo; Com Batentes, Guarnicoes, Fechadura e Dobradicas; Embalada Individualmente;	unid	01
55	374198	4958314	Revestimento Ceramico; Azulejo; No Formato Quadrado, Medindo (20x20)cm; Com Espessura de 6,0mm; Absorção de Água Grupo b Iii; Carga de Ruptura Classe de Atrito I; Resistencia a Manchamento Classe 3; Resistencia Quimica Gb/glb; Acabamento Liso, Esmaltado; Cor Branca; Indicado para Banheiros, Cozinhas e Piscinas; Conforme Norma Nbr /abnt Vigentes;	m2	2965

Levando em conta que alguns materiais já foram utilizados anteriormente porém sem a mesma eficácia e eficiência, solicitamos que sejam obedecidas as descrições de todos os produtos aqui elencados.

Para o item 02

Após a utilização de diversas marcas de chuveiros ao longo do tempo, verificamos que apenas o modelo atende plenamente às exigências de operação, especialmente em termos de vazão de água e temperatura. Este modelo possui uma potência adequada (7800W) para garantir água quente de maneira eficiente, mesmo nas condições de temperatura e pressão da nossa rede de abastecimento. Além disso, a durabilidade da resistência do chuveiro Jet Turbo é superior quando comparada a outros modelos, o que reduz a frequência de manutenção e substituição, gerando e assegurando a economia de recursos públicos continuidade do serviço.

Para o item 29

No que se refere às tintas a serem adquiridas, optamos por especificar as marcas e Suvinil, Coral devido à sua em comparação com outras marcas maior rentabilidade e qualidade comprovada de tintas disponíveis no mercado. A experiência de uso anterior e as características técnicas desses produtos, como maior cobertura por metro quadrado, menor necessidade de repintura e melhor resistência às intempéries, asseguram um melhor custo-benefício ao longo do tempo. Essa especificação visa evitar o desperdício de recursos públicos com a aquisição de tintas de menor qualidade, que apresentam menor durabilidade e exigem maior frequência de aplicação. Portanto, a especificação das marcas e modelos mencionados é fundamentada, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, economicidade, eficiência administrativa garantindo que a Administração Pública obtenha o melhor resultado possível em suas contratações, com otimização dos recursos financeiros e a devida prestação de serviços à população.

Para o item 53

Quanto ao filtro para bebedouro Industrial, precisamos que seja compatível para o bebedouro da Marca HIZA, modelo HNX25L, com filtragem em 3 etapas – eficiência na retenção de partículas e redução de cloro, uso interno e externo: Grau de proteção IPX4

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 15 dias (quinze), contados do(a) Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto nº 67.698, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Indicação de marcas ou modelos (Art.41, inciso I< da Lei nº 14.133, de 2021)

4.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar - ETP 036/2025.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contado da Nota de Empenho, em remessa única.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, Inciso II);

6.7.2 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto Estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, Inciso III);

6.7.3 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto Estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, Inciso IV).

6.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, Inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, Incisos II e III).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, Inciso IV).

6.8.2 Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, Inciso IX).

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, Inciso VII).

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, Inciso VIII).

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, Inciso VII e parágrafo único).

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste Item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.22 Tratando-se de consórcio:

8.22.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.22.2 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.22.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.22.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.23 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.23.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.23.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia

8.23.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado para contratação tem caráter sigiloso e não está tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090147;

II) Fonte de Recursos: 150010002;

III) Programa de Trabalho: 10122094262150000;

IV) Elemento de Despesa: 339030.

V) Plano Interno: 0070250419

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMIRA RAMOS BENJAMIN

Diretor Técnico I



Assinou eletronicamente em 21/08/2025 às 08:42:00.

ESP-CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS

Estudo Técnico Preliminar 36/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00045893/2025-00

2. Descrição da necessidade

Diante da necessidade de manter e proporcionar à Unidade melhores condições de atendimento aos pacientes /moradores, melhoria na execução dos trabalhos dos servidores, visando a qualidade no serviços prestados, segurança aos pacientes e aos servidores, se faz necessária a aquisição de materiais de construção e materiais diversos para serem utilizados na conservação/manutenção dos diversos setores/unidades do CAIS - "Clemente Ferreira" em Lins, que não estão preconizados no contrato com a empresa terceirizada.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Os materiais a serem licitados, pelas suas características, não possuem natureza continuada.

Para que os itens sejam adquiridos e corretamente empregados pelo NAPM, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- a. **Qualidade do material**, devendo assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- b. Prazo de validade compatível para a efetiva utilização; e
- c. Eficiência no cumprimento dos prazos para entrega do material, devendo entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, no endereço especificados no referido instrumento;
- d. Sustentabilidade Ambiental: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.
- e. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

O objeto da licitação trata-se de bens que podem ser facilmente encontrados no mercado.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Administração Patrimonial	Samira Ramos Benjamin

5. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a aquisição de materiais de manutenção predial e afins, para atendimento às necessidades institucionais, com a finalidade de suprir as demandas correntes, possibilitando o adequado funcionamento das atividades.

Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, a atribuição de fornecer os seguintes materiais:

ITEM	CATMAT	SIAFISICO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	480673	4510712	Chuveiro Elétrico, de Termoplastico; Na Voltagem 220 Volts; Com Controle de 3 Temperaturas; e Potencia de 5.500 W; Com Cano Embutido e Mangueira Com Ducha Manual; Na Cor Branca; Com Rosca de 1/2 Polegada; Pressão de 10 a 400 Kpa (1 a 40 Mca); Med. 133 x 140 x 430 Mm (lxhxp); Resistencia de Longa Duracao, Grau Protecao Ip 24, Compat. C/ "dr"; Conforme Nbr 12483 e Certificacao do Inmetro; Garantia de 12 Meses; Diâmetro de >= 15cm.	UNID	30
2	487724	6315895	Ducha Eletrônica; para Instalacao Em Parede; Dispositivo de Proteção Dr, Aquecimento Solar e Outros Sistemas de Aquecimento; Potencia: 7800w; Em Termoplastica; Volts 220v; Pressao de Funcionamento: Minima 10kpa (1m.c.a.); Maxima 400 Kpa (40 M.c.a.); Rosca 1/2 Bsp; Botao Seletor de Temperaturas, Botao Liga e Desliga; Cor: Branco; Formato: Quadrado; Dimensoes: 25 x 17 x 39cm (cxlxa); Peso: Aprox. 10kg; Acessorios: Haste de Comando 20cm, Kit de Instalacao, Mangueira, Ducha Manual, Suporte, Redutor de Pressao; Manual de Instalacao, Garantia Min. 12 Meses; Ip 24; Garantia Min. de 12 Meses;	UNID	10
3	240165	5933161	Bacia Sanitária; de Louca; Convencional; Sem Caixa Acoplada; No Formato Ovalado; Medindo Aproximadamente 590 x 385 x 385 Mm (c x Lx A); Na Cor Branca; Com Saida de Esgoto Vertical; Fabricado de Acordo Com a Norma Nbr/abnt Vigente; com parafuso para fixação	UNID	3
4	428250	4652223	Assento Sanitário; de Base Soprado Em Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; para Bacia de Todos Os Fabricantes (universal); de Formato Oval; Deverá Ser Fornecido Com 02 Parafusos Com Porcas de Fixação em nylon, peca de Fixação Em Alumínio Anodizado; Medindo 409 x 389 Mm (comp x larg), 31 Mm de Espessura Minima e 150 a 165 Mm Entre Parafusos; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	UNID	3
5	615103	6006000	Vedante de Tubulação; Utilizado para Vedação de Rosca de Tubos e Conexões Roscadas Metálicas e Plásticas, para Agua Quente Ou Fria; Composto de 100% a Base de Resina Ptfe politetrafluoretilenonao Sinterizado) Na Cor Branca; Com Densidade de 0,30 G/cm³; Com Ponto de Fulgor > 93 °c (> 199.4 °f); de Acordo Com a Abnt/nbr 16368 e Vigentes; do Tipo Fita Medindo 18mm de Largura e 0,07mm de Espessura; Acondicionado Em Carretel Com 50 Metros;	UNID	15
6	367406	3152235	Vedação para Saída de Vaso Sanitário; Tipo Anel de Vedação; para instalação em vaso sanitário; Em Cera a Base de petróleo, Reforçado Com Uretano e Polietileno; para Tubulação Com Com Guia de Instalação;	UNID	15
7	480516	6045529	Acessórios para Bacia Sanitária; Tubo de Ligação; 20 Cm; Sanfonado/flexivel; Com Espude e Canopla; Com Anel; Acabamento Cromado;	UNID	20
8	611898	5285798	Sifao; de Plastico Abs; Acabamento Na Cor Branca; do Tipo Sanfonado (comprimento de 54 a 150cm); para Multiplo Uso (lavatorio, Pias e Tanques); Com Bitola de Entrada Adaptável de 1 1/2", 1 1/4" e 7/8"; Devendo Ser Entregue Com abraçadeira;	UNID	50
9	267444	6088740	Grelha Quadrada para Instalação Predial; de Aco Inox; Medindo (150x150)mm; Com Acabamento Cromado; Sem Caixilho Com Fecho Rotativo; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	30
10	350605	5479665	Grelha Redonda para Instalcao Predial; de Aco Inoxidavel, Tipo Abre e Fecha; Com Diametro de 150mm; Na Cor Cromado, Sem Caixilho; para Ser Utilizada Em Esgoto Predial;	UNID	40
11	607815	3925587	Dispenser Papel Higienico; de Plastico Abs de Baixa Densidade e Alta Resistencia; Medindo Altura 28,3 x Largura 27,2 x Profundidade14,0cm; Abertura Atraves de Chave; Fixacao Atraves de Buchas Expansivas; Base Cinza e Frente Branca; Com Capacidade de Rolo Tipo Rolao de 300 a 400 M; Com Visor Transparente para Controle de Reposicao, No Formato Redondo, Antifuro;	UNID	30
12	600381	4434420	Dispenser para Papel Toalha; de Plastico Abs, Alto Impacto, para Papel Toalha Interfolha de 2 Dobras e 3 Dobras; Na Cor Branca; No Formato Retangular Com Fechadura e Chave; Com Dimensoes de Aproximadamente 29 Cm de Altura x 25 Cm de Largura x 12 Cm de Profundidade; Com Um Kit de Fixacao Na Parede Contendo Buchas Eparafusos;	UNID	30
13	404651	4050363	Dispenser para Sabao Liquido; de Plastico Abs; Com Capacidade de 800 Ml; Na Cor Branca, Com Fundo Cinza; Formato Retangular; Medindo 29cm (altura) x 12cm (largura) x 11cm (profundidade); Acionamento Por Bomba Dosadora (pressao); Possui Fechadura e Acompanha Chave Em Plastico Abs; Alimentacao Por Meio de Refil de 800 Ml (bolsa Plastica), Dispensando Reservatorio; Inclui Kit para Fixacao Na Parede, Contendo Buchas e Parafusos; Garantia Minima de 12 Meses;	UNID	30
			Torneira; de Latao; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Tipo Bica Com Haste de Acionamento e Mecanismo de Vedação Cerâmica 1/4 de Volta; Bica do Tipo Móvel Com Arejador		

14	381089	4875818	Articulável Tipo Spray; Fixação Na Parede; Com Encaixe Roscável de 3/4 Polegadas; Bitola Da Saída de 1/2 Polegada; Utilizada Em Pia de Cozinha; Com Garantia de 10 Anos;	UNID	50
15	376177	5056721	Torneira; de Liga de Metal; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Haste de Metal Com 1 /4 de Volta; Bica do Tipo Fixa, Com Rosca de Saída de 3/4"; Fixacao Em Parede; Com Encaixe de 1 /2", Com Adaptador para 3/4"; Bitola Da Saída de 1/2"; Utilizada Em Jardim; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	50
16	249830	4610318	Torneira de Boia para Reservatorio; Com Corpo Compacto Fundido Em Bronze, Haste Em Latao e Balao Reforcado Em Polietileno; Diametro Nominal Dn 20 (3/4 Polegada); Tipo Vazao Total; Conforme Norma Nbr 14534;	UNID	5
17	457622	4988647	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital; Operando Na Frequencia de 1,9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregável; Com Alacance Em Ambiente Fechado de 50 M; Com Alcance Em Ambiente Aberto de 100 M; Na Posição de Mesa; Com Capacidade para No Mínimo 10 Posições de Memória; Com Viva Voz; Com Identificador de Chamada; Com Tempo de Flash Ajustável; Cor Preta; Discagem do Tipo Tom e Pulso; Com Volume de Recepção Ajustável; Com Garantia de No Mínimo 1 Ano; Homologado de Acordo Com a Resolucao Da Anatel N° 242;	UNID	10
18	465497	5983703	Aparelho Telefonico Analogico; Na Cor Preto, Modelo de Mesa; Facilidades Operacionais de Redial, Flash, Mute, Ajuste de Volume Monofone e de Campanha; Flash Ajustavel (100 a 300ms); Com Discagem No Modo Modo Pulso/tom, Teclado Dtmf, Rediscagem, Menu Emporugues; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao 715 de 23/10/2019 Homologada Pela Anatel, 01 Ano de Garantia; Acompanha Cabo para Ligacao do Aparelho Com No Mínimo 2m de Extensao Com Conectores Rj11;	UNID	50
19	239293	5542405	Câmara de Ar; para Pneu de Cadeira de Rodas C/ Valvula Americana, Aro 24, Compativel C/ Dimensões 24 x 1.3/8";	UNID	20
20	335134	2075490	PNEU PARA MAQUINAS FORA DE ESTRADA - 3,50 - TRANSPORTE DE CARGA 01 - Pneumatico para Maquinas Fora de Estrada; 3.50-8; Novo (primeira Vida), para Maquina Carrinho de Transporte de Carga; 01; 04;	UNID	30
21	335133	1242393	CÂMARA DE AR para pneu 3,50-8	UNID	30
22	236556	4437934	Peca de Reposição Fechadura Residencial; Marca Arouca; Referência do Fabricante 2010/10; Fabricada Aço; 02 Chaves Comum; Maçaneta Alavanca; Espelho Retangular; Externo Cromada; Conforme Nbr 14913;	UNID	100
23	354740	2978768	Peca de Reposicao Fechadura Residencial; Marca Arouca; Referência do Fabricante 2000/10 para Porta de Ferro CÔm Tambor; Fabricada Aco Com Banho de Cromo; 02 Chaves Comum; Maçaneta Alavanca; Espelho Retangular; Externo Cromada;	UNID	50
24	373752	2193914	Espacador de Piso de Plastico, Formato Cruz, Espessura 4 mm	cento	90
25	382689	6063470	Porta de Madeira; Tipo Encabecada, Semi Oca; Padrao de Micropholis Venulosa, Especie Conhecidapopularmente Como Curupixa; Medindo (2,10 x 1,02)m (a x L); Com Espessura de 35 Mm; Devendo Ser Entregue Lixada Sem Emendas; Sem Acessorios; Embalada Individualmente Com Plastico, Contendo Nome e Codigo de Barras do Fabricante; Conforme Normas e Legislacao Vigentes;	UNID	33
26	450830	6109969	Porta de Madeira; Encabecada, Lisa, Semioca; de Micropholis Venulosa, Conhecida Popularmente Como Curupixa; Medindo (2,10 x 0,82)m (axl); Com Espessura de 35 Mm; Lixada e Preparada para Pintura; Acompanhada de Fechadura, Chaves, Dobradicas, Parafusos Com Macaneta; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislacao Vigentes;	UNID	15
27	443724	4881796	Porta de Madeira; Encabecada, Lisa, Semi Oca; de Madeira Micropholis Venulosa, Conhecida Comercialmente Como Curupixa; Medindo (210x60)cm=(axl); Com Espessura de 35mm; Lixada, Sem Emendas; Sem Acessorios, Sem Visor; Embalada Individualmente Em Plastico Com Nome e Codigo de Barras do Fabricante;	UNID	5
28	615238	3965210	Dobradica; de Ferro; Medindo 3" x 2.1/2" (comprimento x Largura); Devendo a Dobradica Ser Entregue Com Acabamento Cromado; 02 Abas, Contendo 02 Buchas Poliamida 6.6, 04 Parafusos M6x8 (inox) e Um Pino; Com 6 Furos, 3 Em Cada Aba; de Acordo Com Norma Nbr 7178;	UNID	130
			Tinta Latex; Tipo Acrilica Lavavel; Desempenho Premium; Com Alta Cobertura e Resistencia, e Baixo Respingamento; a Base de Resina de Copolimero Estireno Acrilico ,polimeros Vinilicos, Pigmentos Ativos; Cargas Inertes, Coalescentes, Espessantes, Tensoativos, Bactericidas e Fungicidas, Aditivos e Agua; Solvente a Base de Agua, Sem Cheiro ; Poder Cobertura Seca Min. de 6 M2/l, e		

29	243586	6329845	Cobertura de Tinta Umida Min. de 90%; Voc de 10 a 25 G/l; Isenta de Metais Pesados; Solidos Em Volume: 30-43por Cento; Acabamento Fosco Protecao Sol e Chuva; Redimento Aproximado de Ate 380 M2 Por Demao; Na Cor Na Cor Branca ; para Para Superficies Externas e Internas de Reboco, Massa Acrilica, Texturas, Concreto, Fibrocimento; e Internas de Massa Corrida e Gesso Devidamente Preparadas; Validade Minima de 12 Meses, Apos Aberto, o Prazo de Validade Pode Ser de Ate 6 Meses; Entregue Com Boletim Tecnico e Fispq; Conforme Conforme Normas Abnt Nbr 15079-1, 15079-2, 15494, 16211 e Lei Federal 11762; Para área hospitalar	GALÃO DE 18Lts	8
30	399615	4970527	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R410a; Acondicionado Em Cilindro Descartavel; Conforme: Resolucao Conama 267/2000; Aplicacao Em: Equipamentos de Refrigeracao;	cilindros 11,35kg	03
31	617201	5465990	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R22; Acondicionado Em Cilindro Descartavel, Com Informacoes do Produto; Conforme: Abnt Nbr 14725 e Resolucao Conama 267/2000; Com Acompanhamento Da Ficha de Informacao de Seguranca do Produto Quimico - Fspq;	cilindros 13,62kg	02
32	350329	5692806	Especificação Técnica: Isolante Termico; Em Espuma Elastomerica Flexivel; para Tubo de Cobre de 5 /8 Polegada de Diametro; Fornecido Em Tubos Com 2 Metros; Com Espessura de 13 Mm; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	uni	10
33	330431	4551230	Especificação Técnica: Isolante Termico; Em Espuma Elastomerica Flexivel; para Tubo de Cobre de 1 /2 Polegada de Diametro; Fornecido Em Tubos de 2 Metros; Com Espessura de 13 Mm; Devendo Obedecer a Norma Din 4140;	uni	10
34	335763	5862280	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre; 1/4 de Polegada; Tipo Panqueca; 15 Metros de Comprimento;	rolo de 15mts	2
35	335762	4121376	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel; Medindo 3/8 Polegada;	metro	20
36	335764	5406803	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel - Soldavel, Classe 2; Medindo 1/2 Polegada;	metro	20
37	288357	5766796	Especificação Técnica: Suprimentos para Equipamentos de Refrigeracao; Tubo de Cobre Flexivel; Liga C12200, Recozido Mole; Diametro Externo Nominal 5/8", Espessura Nominal Da Parede: 0,79 mm; Pressao de Trabalho Entre 611 e 629psi, Conforme Nbr 7541;	metro	20
38	432902	5979811	Especificação Técnica: Abracadeira de Nylon; Em Em Poliamida; Largura: 4,5 Mm; Altura: 5 Mm; Comprimento: 200 Mm; Cor: Preta;	UNID	02
39	418894	4883039	Especificação Técnica: Peca de Reposicao para Equipto de Refrigeracao; Fita Em Pvc, Branca, Largura 100mm; para Envelopar a Linha de Gas Refrigerante, Cabo de Forca e Dreno;	UNID	20
40	435166	6086500	Especificação Técnica: Fita Autoadesiva para Vedacao; Confeccionada Com Folhas de Alumínio, Cobertas Com Adesivo Acrilico Ou a Base de Borracha; Com Largura de 50 Mm; Acondionada Em Rolo; para Reflexao de Calor, Reflexao de Luz, Termocondutivo, Dissipacao de Calor, Resistencia a Agua; Na Cor Natural do Alumínio; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	10
41	232268	4974786	Especificação Técnica: Gas Refrigerante; R141b; Acondicionado Em Cilindro Descartavel; Conforme: Resolucao Conama 267/2000; Aplicacao Em: Limpeza de Equipamento;	unid	01
42	616113	4073614	Peca de Reposicao para Gerador; Filtro de Oleo Combustível, Diesel para Scania, 1518512 ;	pç	2
43	613856	3592600	Peca de Reposicao para Gerador; Elemento do Filtro de Oleo Combustivel Primario, Alt. 180mm, Diam. Ext.85mm, Diam. Int. 38mm.; P/ Motor Diesel Scania Dc9 do Caminhao Geismar Vmt-750 Gr, Ref: Scania 1873018 Ou Equivalente.;	pç	2
44	479272	6053793	Filtro de Oleo; Lubrificante, Motor Scania, Cod. 2022275 ;	pç	2
45	446936	4064631	Peca de Reposicao para Gerador; Oleo Lubrificante 15w40 Extra Turbo; para Grupo Gerador 500 Kva Com Motor Scania ;	Galão de 20Lts	4
46	471017	5865255	Peca de Reposicao para Gerador; Filtro de Ar, para Motor Diesel Scania DC09 072A; Compativel Com Referencia Original Scania 1931040. Diâmetro externo aproximado 282 mm; Comprimento aproximado 451 mm.	pç	1
47	308649	6066666	Peca de Reposicao para Gerador; Agua Desmineralizada, Ph Neutro, P/ Radiador de Motor, Incolor, Inodoro;	litros	30
48	471018	6060676	Peca de Reposicao para Gerador; Elemento do Filtro Combustivel , Motor Perkins, Cod. Ch10930 ;	pç	2
49	461579	4953762	Oleo Lubrificante Automotivo; para Motor Turbo e Motores de Caminhoes, Tratores, Onibus e Utilitarios; a Diesel; Sae 15w40 , Mineral, Multivisco; Classificacao Api Ch-4, Indice de Viscosidade: 141, Viscosidadea100°C: 15,0, Indice de Basicidade Total: 9,6; Densidade a 20/4°C: 0,8830, Ponto de Fulgor (va):228, Ponto de Fluidez:-30, Cinzas Sulfatadas: 1,0; Com Aditivos Anticorrosivo, Antidesgaste, Antiespumante, Antioxidante, Detergente, Dispersante; Agente de Reserva Alcalina, Abaixador do Ponto Defuidez e Melhorador do Indice de Viscosidade; Atende a Recomendacao Mercedes Benz 228.1, Volvo Vds Ii, Entre Outros; Oleo Lubrificante Com Registro e Empresa Autorizada Pela Anp para Exercicio Da Atividade;	balde de 20Lts	6
50	615342	5566231	Fluido para Radiador ; Composto de Base Glicol e Inibidores, Organico, Biodegradavel, Produto Ecologicamente Correto; Sendo Fornecido de Forma Pronto para Uso; Deve Atender As Normas: Nbr 14261 Tipo C; Fornecido Em Embalagem Adequada;	Litro	70
51	612085	6209882	Peca de Reposicao para Gerador; Mangueira de Oleo Solvente 5/8 Alta Temperatura Pres. Trab (psi) 300(bar)20 Pres Rup (psi)900 Bar 60; Diâmetro Interno Real (pol) 5/8"; Nominal (mm) 15,5+/- 16,4; Diâmetro Externo (mm) 23,6+/-24,6;	m	6

52	312498	4949196	Abracadeira de Aço Inox; Com Diâmetro Regulável Entre 3/8" e 1/2"; Largura Da Fita de 9mm; para Fixação de Mangueira Com Parafuso de Aperto Tipo Sem Fim;	pç	4
53	622902	6260292	Peca de Reposicao para Bebedouros; Refil Filtrante (filtro); para Bebedouro Modelo de Pressao Ef/ap 230; de Acordo Com Normas Nbr/abnt Vigentes;	UNID	10
54	396613	519941-7	Porta de Madeira; Tipo Drywall, para Ambientes Internos; de Madeira de Reflorestamento; Medindo (2100x800)mm=(axl); Com Espessura de De 75mm, Batente para Montante de 70mm de Drywall; Acabamento Na Cor Branca, Abertura para o Lado Esquerdo; Com Batentes, Guarnicoes, Fechadura e Dobradicas; Embalada Individualmente;	unid	01
55	374198	4958314	Revestimento Ceramico; Azulejo; No Formato Quadrado, Medindo (20x20)cm; Com Espessura de 6,0mm; Absorção de Água Grupo b Iii; Carga de Ruptura Classe de Atrito I; Resistencia a Manchamento Classe 3; Resistencia Quimica Gb/glb; Acabamento Liso, Esmaltado; Cor Branca; Indicado para Banheiros, Cozinhas e Piscinas; Conforme Norma Nbr/abnt Vigentes;	m2	2965

Levando em conta que alguns materiais já foram utilizados anteriormente porém sem a mesma eficácia e eficiência, solicitamos que sejam obedecidas as descrições de todos os produtos aqui elencados.

Para o item 02

Após a utilização de diversas marcas de chuveiros ao longo do tempo, verificamos que apenas o modelo **Tubo Jet 7800W** atende plenamente às exigências de operação, especialmente em termos de vazão de água e temperatura. Este modelo possui uma potência adequada (7800W) para garantir água quente de maneira eficiente, mesmo nas condições de temperatura e pressão da nossa rede de abastecimento. Além disso, a durabilidade da resistência do chuveiro Tubo Jet é superior quando comparada a outros modelos, o que reduz a frequência de manutenção e substituição, gerando **economia de recursos públicos** e assegurando a **continuidade do serviço**.

Para o item 29

No que se refere às tintas a serem adquiridas, optamos por especificar as marcas **Suvinil** e **Coral** devido à sua **maior rentabilidade e qualidade comprovada** em comparação com outras marcas de tintas disponíveis no mercado. A experiência de uso anterior e as características técnicas desses produtos, como maior cobertura por metro quadrado, menor necessidade de repintura e melhor resistência às intempéries, asseguram um melhor custo-benefício ao longo do tempo. Essa especificação visa evitar o desperdício de recursos públicos com a aquisição de tintas de menor qualidade, que apresentam menor durabilidade e exigem maior frequência de aplicação.

Portanto, a especificação das marcas e modelos mencionados é fundamentada nos princípios da **economicidade** e da **eficiência administrativa**, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, garantindo que a Administração Pública obtenha o melhor resultado possível em suas contratações, com otimização dos recursos financeiros e a devida prestação de serviços à população.

Para o item 53

Quanto ao filtro para bebedouro Industrial, precisamos que seja compatível para o bebedouro da Marca HIZA, modelo HNX25L, com filtragem em 3 etapas – eficiência na retenção de partículas e redução de cloro, uso interno e externo: Grau de proteção IPX4.

6. Levantamento de Mercado

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Os itens a serem adquiridos tem como natureza comum, com disponibilidade no mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

- a. O histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento à respectivas unidades;
- b. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
- c. As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela constante no presente Estudo Técnico Preliminar que encontra-se no item 8 deste ETP

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado para contratação tem caráter sigiloso e não está tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em virtude de serem materiais de construção e afins, optou-se pelo não parcelamento dos itens, pois precisam estar disponíveis prontamente, minimizando assim a interrupção das atividades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está planejada no orçamento do exercício de 2025.

12. Resultados Pretendidos

A aquisição dos materiais dar-se-á de forma a garantir, com qualidade, as adequações necessárias nas unidades deste CAIS.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos ambientais causados pela provável aquisição dos bens objeto da licitação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Estudo Técnico Preliminar atende as demandas necessárias. Apenas estar atento aos itens citados neste ETP.

Item 02, Item 29 e Item 57 precisamos que sejam similar ou superior aos que estão discriminados.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMIRA RAMOS BENJAMIN

Diretor do Núcleo de Manutenção



Assinou eletronicamente em 21/08/2025 às 08:46:05.

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2025NE00

UG	090147 - CAIS - CLEMENTE FERREIRA, LINS							
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO							
Data de Emissão								
CNPJ/CPF/UG								
Credor								
Endereço								
Cidade					UF		CEP	
Origem Material								
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES	
					090015			
No Processo				Acordo				
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL			Ref Dispensa	LEI FED. Nº 14.133 de 2021			
Licitação	07 - PREGAO			Modalidade	1 - ORDINARIO			
Empenho Orig.				Nº Contrato		Nº OC		
Valor do Empenho R\$								

Cronograma					
		Mês	Valor		
Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					
Total ou Valor a Transportar R\$					
Local de Entrega		ROD.DE ACESSO HERMINIO PAIZAN (ESTRADA LINS/GUAIÇARA) KM 04 S/N LINS/SP			
Data de Entrega					

RENATA MARIA DE ALMEIDA CASTRO GODOY

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	090147
--------------------------	--------



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I . DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apendos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§ 2º - Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no

mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

- I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;
- II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;
- III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;
- IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do *caput* do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “*caput*” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade

de competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, **quando a medida se revelar de interesse público**, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90034/2025

Ao
Centro de Atenção Integral à Saúde Clemente Ferreira em Lins
CNPJ: 46.374.500/0054-04
Tel. (14) 3533-1606

Item	Descritivo	Unidade de Fornecimento	Quantidade	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	(inserir descrição conforme catálogo do fabricante)				
02	(inserir descrição conforme catálogo do fabricante)				
03	(inserir descrição conforme catálogo do fabricante)				
04	(inserir descrição conforme catálogo do fabricante)				
05	(inserir descrição conforme catálogo do fabricante)				

Validade da proposta: 60 (sessenta) DIAS

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias

Prazo para pagamento: 30 dias após aceite da Nota Fiscal

DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA	
Razão Social	
CNPJ	
Conta do banco do Brasil	
E-mail	
Telefone e/ou celular	
Endereço Físico	
Representante Legal	
CPF	

(cidade), (data).

ASSINATURA DO PROPONENTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) *cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e*

b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)